

Análise política internacional

O PSOE e a crise da democracia espanhola

Michael Ehrke

SETEMBRO DE 2014

- Após a derrota esmagadora nas eleições ao parlamento europeu em 2014, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) busca uma saída da crise com seu novo secretário-geral, Pedro Sánchez. O congresso extraordinário, realizado nos dias 26 e 27 de julho, elegeu um novo secretário-geral, uma nova presidente do partido, um novo diretório nacional e um novo comitê nacional.
- A nova cúpula não quer apenas reformar o PSOE, mas ousar uma re-fundação. Os aspectos decisivos neste contexto são a participação de filiados e simpatizantes do partido e a procura por um novo modelo econômico para a Espanha.
- A política de austeridade iniciada pelo governo Zapatero custou caro ao PSOE, que acabou perdendo muito apoio. A crise do PSOE tem origem, porém, na crise da democracia espanhola, que fragilizou o suporte à transição e ao modelo democrático baseado, por muitos anos, no consenso estável. A fim de encontrar uma saída da sua própria tensão, o PSOE precisa mostrar uma saída crível da crise nacional.



Sumário

■ 1. Troca das lideranças no PSOE	03
■ 2. Causas do fracasso: a política de austeridade	04
■ 3. Causas do fracasso: a alteração do sistema partidário	04
■ 4. Causas do fracasso: a crise do paradigma da transição	05
■ 5. Será que o PSOE tem uma resposta à crise da democracia espanhola?	07



1. Troca das lideranças no PSOE

No congresso extraordinário do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), realizado nos dias 26 e 27 de julho de 2014, Pedro Sánchez, 42 anos, economista e um deputado desconhecido no parlamento espanhol até então, foi eleito secretário-geral do partido com 86% dos votos. Portanto, o congresso confirmou a consulta interna aos filiados, realizada no dia 13 de julho. Nas primárias Pedro Sánchez enfrentou dois concorrentes: Eduardo Madina, 32 anos, igualmente deputado no parlamento, secretário-geral da bancada socialista e membro do diretório nacional; e José Antonio Pérez Tapia, 59 anos, membro da única corrente reconhecida pelo PSOE, a “Izquierda Socialista”.

As primárias foram consideradas um sucesso por vários motivos. Primeiro, por ter sido a primeira vez que o titular do cargo máximo do partido foi eleito diretamente pelos afiliados, de modo que o PSOE pode se destacar como uma força que promove a democracia direta e a participação. Segundo, com 67%, a participação foi suficientemente elevada para conferir legitimidade à consulta. Terceiro, com 48,7% dos votos, Pedro Sánchez obteve uma vantagem clara frente aos outros candidatos (Madina 36,2% e Pérez Tapia 15,1%), saindo das primárias como único candidato legítimo ao cargo mais alto do partido.

O congresso extraordinário não elegeu apenas um novo secretário-geral, mas escolheu também uma nova presidente do partido (na verdade, um cargo mais protocolar), Michaela Navarro da Andaluzia. O comitê nacional é composto de 111 membros, enquanto o diretório nacional é constituído por 38 membros. Com 86% dos votos, o congresso confirmou a lista proposta por Pedro Sánchez para o diretório nacional, da qual se destacam, entre outros, Patxi López, ex secretário-geral dos socialistas bascos, e Carme Chacón, ministra da construção de moradias e da defesa no governo Zapatero. O congresso não foi, contudo, perfeito, pois os concorrentes de Pedro Sánchez nas primárias, Madina e Pérez Tapia, não foram in-

cluídos no órgão máximo do partido.

O que chama a atenção, mas é facilmente explicado, é a forte presença dos socialistas da Andaluzia nos diversos órgãos. A Andaluzia, ao lado das Astúrias, é o único bastião que resta ao PSOE, onde o partido foi vitorioso frente ao conservador Partido Popular (PP), tanto nas eleições legislativas em 2011 como nas eleições ao parlamento europeu em 2014. Junto com a Esquerda Unida (IU) formam o governo das regiões autônomas e a atual presidente socialista da Andaluzia, Susana Díaz, é tida como a número informal do partido. Nas primárias, Susana Díaz foi instada a se candidatar, mas recusou argumentando que não é possível conciliar o cargo de secretário-geral do PSOE com a função de presidente da Andaluzia, daí conclui-se que atribui mais valor ao segundo. Ou seja, em última análise, a candidatura de Pedro Sánchez ao posto de secretário-geral foi bem-sucedida, por que a candidata mais forte ao cargo desistiu por conta própria. Assim, Pedro Sánchez se tornou, de certa forma, o substituto de uma candidatura da Andaluzia, recebendo, portanto, o apoio da região.

A eleição do novo secretário-geral e dos demais órgãos de liderança representam a resposta do PSOE às terríveis derrotas eleitorais. Nas eleições parlamentares em 2011, os socialistas chegaram a apenas 28,8% dos votos – o pior resultado desde a primeira vitória eleitoral de Felipe González, em 1982. O partido conseguiu piorar o recorde negativo nas eleições europeias em 2014, com magros 23%. Imediatamente após as eleições ao parlamento europeu, o secretário-geral Alfredo Rubalcaba, 62 anos, assumiu a responsabilidade pelas duas derrotas e anunciou sua renúncia. O próprio Rubalcaba, que ajudou a cunhar a política do PSOE desde 1982, a partir de 2011, na qualidade de secretário-geral e principal candidato, foi na verdade uma solução provisória de última hora. Coube a ele preencher as lacunas deixadas por José Luis Zapatero, quando este deixou os cargos de principal candidato e secretário-geral. Indiretamente, a derrota do PSOE em 2011 (e em 2014) pode, portanto, ser imputada mais a Zapatero do que a Rubalcaba.



2. Causas do fracasso: a política de austeridade

Nas últimas eleições ao parlamento espanhol antes de 2011, o PSOE conseguiu conquistar 43,9% dos votos com Zapatero. A perda dramática de 15 pontos percentuais, ou quatro milhões de votos, em apenas três anos pode ser explicada sobretudo pela crise econômica e a resposta do governo de Zapatero à crise, a qual aparentemente abalou a confiança dos eleitores no PSOE de forma prolongada. Antes da eclosão da crise financeira, a Espanha apresentava (à primeira vista) dados macroeconômicos positivos: o orçamento público registrava superávit, a dívida pública era baixa em comparação à média europeia. O governo espanhol reagiu como os demais países europeus à crise, cuja gravidade provavelmente foi percebida apenas mais tarde. Adotaram programas que deveriam frear o colapso da produção e do emprego, mas que em conjunção com os estabilizadores automáticos geraram déficit crescente e aumento do endividamento público. Este desenvolvimento previsível foi agravado por três fatores: primeiro, a crise da Grécia causou uma série de ataques especulativos nos mercados financeiros internacionais contra as moedas dos países do sul da Zona do Euro, o que provocou um aumento drástico dos custos do endividamento (e o próprio endividamento). Segundo, o Banco Central Espanhol, isto é, o Banco Central Europeu (BCE) – sob pressão do governo alemão – não cumpriu com suas obrigações de proteger as moedas dos estados membros da Zona do Euro. Isto só veio a acontecer em 2012, com o famoso anúncio de Mario Draghi, presidente do BCE, informando que o Banco Central Europeu compraria as obrigações do tesouro dos países em crise. Isto significa que a Espanha não tinha, de fato, um Banco Central até 2012. Terceiro, a Alemanha impôs uma política de austeridade rigorosa por meio das instituições europeias que transformaram a recessão em uma profunda depressão.

Nestas circunstâncias, não foi possível sustentar a política kynesiana de Zapatero. Sob a pressão direta do BCE e do FMI, mas sobretudo ante a pressão indireta da Alemanha, Zapatero deu uma reviravolta de 180 graus e iniciou, junto com o Partido Popular (PP), na época ainda na oposição, o maior

programa de cortes sociais que a Espanha já teve de suportar desde o fim do franquismo. Mas isso não foi tudo: principalmente sob pressão alemã (e novamente com o apoio do PP), Zapatero alterou a constituição, estabelecendo um limite para o déficit público, o assim chamado “travão ao endividamento”, agora assegurado pela constituição. Neste contexto, vale lembrar que a constituição de 1978 é considerada o documento da maturidade democrática e da transição exitosa da ditadura para a democracia. Houve apenas uma emenda constitucional desde 1978: para incorporar o direito de sufrágio ativo e passivo de residentes estrangeiros na UE em eleições municipais. Na alteração atual, trata-se de uma emenda constitucional imposta de fora, cuja pertinência parece no mínimo questionável, mas que teve de ser acolhida e representou uma renúncia humilhante à soberania. Como era de se esperar, esta atitude foi severamente punida nas urnas nas próximas eleições.

É claro, que a política de austeridade na Espanha não atingiu a meta oficial de conseguir controlar o déficit orçamentário. A redução das despesas públicas (em uma situação em que as famílias e as empresas também limitavam seus gastos) levou à uma diminuição da procura, que por sua vez reduziu a arrecadação do Estado, de modo que as receitas baixaram, uma redução que teve de ser compensada por novos cortes nas despesas. Esta espiral para baixo impulsionou os custos da crise cada vez mais às alturas e teve efeitos sociais extremamente seletivos: o décimo superior da pirâmide de renda perdeu um por cento da sua renda na crise, já o décimo inferior da pirâmide perdeu mais de 30%. Este efeito de seleção social talvez seja o verdadeiro motivo por trás desta política. O PP, no governo a partir de 2011, aproveitou em todo caso a política de austeridade para provocar um retrocesso de várias décadas na sociedade espanhola. Assim, a Espanha se tornou o país com maior diferença de renda da União Europeia, logo após a Letônia.

3. Causas do fracasso: a alteração do sistema partidário

Nas eleições europeias, a derrota sofrida pelo PSOE foi ainda maior do que nas eleições gerais de



2011, e isto apesar dos três anos de governo do PP com sua brutal política de austeridade. O resultado ruim do PSOE não se deve, no entanto, à grande popularidade do PP, que em comparação a 2011 teve igualmente uma forte perda de votos, mas ao aumento da concorrência no espectro da esquerda. Por um lado, o IU dominado pelo Partido Comunista conseguiu mais que dobrar seus votos entre 2011 e 2014. Por outro, o novo Partido Podemos, conquistou de chofre oito por cento dos votos nas eleições europeias. Segundo as sondagens de agosto de 2014, os partidos Podemos e IU juntos têm mais força atualmente do que o PSOE. Terceiro, os socialistas da Catalunha, o PSC, correm risco de serem esmagados entre adeptos e opositores do movimento de independência da Catalunha. Nas eleições ao Parlamento Europeu mal chegaram a 14%. O vencedor das eleições foi o partido Esquerda Republicana de Catalunha (ERC), a terceira força que concorre com os socialistas no espectro da esquerda (além disso, há a esquerda basca e um pequeno partido verde).

Os socialistas não enfrentam apenas partidos de esquerda fortalecidos, mas também precisam lidar com o fato de que uma parcela crescente do seu eleitorado potencial, oriundo do sistema partidário e político espanhol, determinado na esfera nacional pela rivalidade entre PSOE e PP, está se afastando (neste sentido o PP também é vítima dos desenvolvimentos, só que ainda não o admite). Dito de outra forma: para o PSOE não surgiram apenas concorrentes no seio do sistema político de referência existente, na verdade o próprio sistema de referência está em dissolução.

Isto fica patente primeiramente no IU, onde os comunistas reuniram em torno de si um apanhado colorido de pequenos partidos locais, regionais e verdes e/ou alternativos, o que encobre a imagem tradicional dos comunistas. Segundo, isto fica mais evidente ainda, no Podemos, um partido que se considera o sucessor dos Indignados, aqueles jovens revoltados que no verão de 2011 ficaram acampados nas praças das grandes cidades. De acordo com a liderança mais importante do Podemos, a diferença entre esquerda e direita perdeu sua importância, dando lugar à oposição entre elite e

povo. Esta atitude de esquerda populista, segundo a qual os dois grandes partidos no plano nacional seriam meramente uma casta – o PPSOE – é bastante difundida entre a juventude mais politizada. Ainda de acordo com esta opinião, o Podemos é um partido antissistema, que define tanto o PP como o PSOE como oposição. Terceiro, a esquerda nacionalista da Catalunha (e em parte do País Basco) é, por definição, um partido antissistema, por não reconhecer o Estado espanhol como sua coletividade e rejeitar, por questão de princípios, os dois grandes partidos espanhóis.

O dismantelamento do sistema bipartidário estável afeta o PSOE muito mais do que o PP, pois este conseguiu manter a direita unida com mão de ferro até agora, isto é, as forças moderadas, franquistas e pós-franquistas. Já o PSOE sempre enfrentou os comunistas, mas estes foram fracos demais por muito tempo para atrapalhar a lógica do sistema bipartidário. Hoje em dia, a esquerda é numericamente mais forte do que o campo conservador. O que ainda não se sabe é se esta esquerda será capaz de se cooperar entre si. A coalizão entre PSOE e IU na Andaluzia está funcionando (apesar de uma ou outra dificuldade). Mas da perspectiva atual, parece que, por definição, está praticamente excluída a possibilidade de uma coalizão entre PSOE e Podemos, assim como uma coalizão do PSOE com forças da esquerda nacionalista na Catalunha. A coligação de esquerda entre PSC e ERC que governou a Catalunha de 2003 a 2011 não se formaria hoje.

4. Causas do fracasso: a crise do paradigma da transição

A dissolução do sistema bipartidário espanhol é apenas um dentre vários fenômenos que, vistos em conjunto, indicam uma crise do paradigma espanhol da transição da ditadura para a democracia. A transição não foi apenas avaliada como um processo bem-sucedido até há poucos anos atrás, mas como uma mudança de sistema político sem violência, que podia ser recomendado como modelo a ser seguido por outros países em vias de democratização. Mesmo a estabilidade e o avanço do desenvolvimento da democracia espanhola, bem como o impressionante processo de recuperação econômico



foram atribuídos ao sucesso da transição. Este processo, que a rigor se limita aos anos 1975 (morte de Franco) e 1978 (aprovação da nova constituição), tornou-se o mito fundador da Espanha democrática, o qual ainda tem efeito legitimador mesmo décadas depois.

O pano de fundo do modelo de transição espanhol são as experiências associadas à guerra civil e transmitidas por décadas, de geração para geração. A democratização – segundo o axioma após a morte de Franco – não deve levar a uma segunda guerra civil. A fim de evitar esta situação, os campos inimigos da época tinham de celebrar um pacto tácito: a direita, isto é, ex-franquistas e os ainda franquistas tinham de aceitar a restauração da democracia, e assim da coletividade, que eles tinham destruído nos anos trinta¹. Para tal, foram reconhecidos como partícipes igualitários da democracia. A guerra, o terror e a ditadura de responsabilidade da direita foram excluídos do debate político (e sobretudo do discurso jurídico).

A esquerda, por sua vez, renunciou ao “acerto de contas antigas” (o que do ponto de vista moral, teria sido legítimo), mas recebeu com a democracia a forma de estado pela qual tinha lutado nos anos trinta.¹ Desta forma – na opinião dos atores mais importantes de ambos os lados – pode-se evitar que a democratização fosse ofuscada pelo debate insolúvel sobre a culpa do passado e sua expiação, tendo como resultado possível um segundo fracasso da democracia. Para ambos os lados, o pacto significou uma traição que, segundo Javier Cercas, foi uma traição do passado, necessária para não trair o futuro democrático.

Paradoxalmente, o pacto, que deveria impedir uma segunda guerra civil fez com que ela fosse perpetrada, agora com meios democráticos, dado que o sistema estável com dois grandes partidos, na verdade, conservou as frentes da guerra civil e da ditadura, trazendo apenas uma inversão: desde 1982, os socialistas detinham uma parcela nitidamente superior na liderança do país. Governaram ao todo 21 anos, comparado aos 11 anos de governo do PP até

agora. Pode-se afirmar portanto que a participação do PSOE na modelagem da democracia espanhola foi considerável, em especial nos 14 anos de governo de Felipe González, a época em que a transição foi consolidada, tornando a democracia irreversível. Assim sendo, é lógico que os socialistas são mais afetados pela crise da transição de paradigma do que a direita que, graças ao pacto informal, foi desonerada de ter de se confrontar com sua responsabilidade pela guerra e ditadura.

Além do sistema partidário, pelo menos mais dois pilares do estado espanhol são afetados pela crise do paradigma da transição: a monarquia e o regime territorial, ou seja, a relação entre o estado central espanhol e as regiões autônomas. A monarquia foi parte do pacto estabelecido entre as forças democráticas e as forças pós ou ainda franquistas. Com a introdução da monarquia se impediu que a democratização fosse equivalente à restauração da “Segunda República” (1931 a 1939). Com esta construção ficou mais fácil para a direita aceitar a democracia. Como fora concebida rigorosamente como “monarquia parlamentar”, a monarquia era aceitável para a esquerda. Contudo, com a renúncia do rei Juan Carlos, em junho de 2014, a disputa entre republicanos e monarquistas voltou a eclodir. Foi discutido se a Espanha precisa de uma monarquia para garantir sua democracia, se os custos da monarquia não seriam maiores que suas vantagens. Ademais, pelo menos com relação a um aspecto, parece que a monarquia perdeu seu papel, visto que o rei deixou de funcionar como figura aglutinadora das diversas regiões do país. Ao contrário: a maioria do movimento de independência da Catalunha é estritamente republicana.

Esta evolução nos leva à questão do regime territorial espanhol: no âmbito do pacto da transição parecia que se havia encontrado um compromisso que permitisse conciliar as ambições das regiões autônomas, em especial de regiões históricas como Catalunha, País Basco e Galícia – com as do governo central espanhol. Por um lado, as regiões receberam competências amplas, as quais podem exceder as dos estados alemães. Por outro, a autonomia continua sendo considerada uma concessão do estado central, podendo teoricamente ser revo-

¹ Javier Cercas. *Anatomia de um instante*. A partir da página



gada. Este compromisso perdeu sua eficácia, como mostra a radicalização e a ampliação do movimento de independência catalã.

É possível que o paradigma da transição seja determinado mais fortemente por um fenômeno social: o período entre a transição democrática e a crise de 2007/2008 foi percebido pela grande maioria dos espanhóis como uma fase de ascensão econômica contínua, acompanhada por uma emancipação social também contínua, seja nas biografias individuais, seja na continuidade entre as gerações. Esta dupla continuidade se rompeu na crise. Os espanhóis mais pobres tiveram de aceitar perdas drásticas irreversíveis de renda e benefícios sociais. Além disso, houve retrocessos drásticos no desenvolvimento sócio-político, limitações da liberdade de manifestação e do direito de greve, uma legislação nova e extremamente restritiva em matéria de aborto. Sobretudo, diante de um desemprego de mais de 50% entre os jovens, fica óbvio que as condições de vida das novas gerações serão bem piores do que as dos seus pais. A transição, que hoje em dia virou um mito, não tem nada a oferecer face a esta evolução.

5. Será que o PSOE tem uma resposta à crise da democracia espanhola?

A mudança na liderança trouxe uma nova geração à cúpula do PSOE, mas até agora há poucos indícios de uma mudança no discurso político. O debate público dos três candidatos ao cargo máximo não revelou controvérsias reais e mesmo o discurso de Pedro Sánchez no congresso partidário agregou poucas novidades à primeira vista. Contudo, três lemas – refundação, participação e transição econômica – indicam que a nova cúpula do PSOE poderá iniciar uma mudança política.

Primeiro: Pedro Sánchez e o novo diretório nacional têm ciência da situação dramática em que o PSOE se encontra. O novo grupo de líderes frisou que não surgiram do “aparato partidário” e que não devem ser associados à rotina passada do partido. Pedro Sánchez não falou em reforma, mas defendeu uma refundação do PSOE.

Segundo: neste contexto temos o forte destaque da

participação dos filiados – e dos não filiados – ao partido. Trata-se, porém, de uma abordagem que já existia antes da troca na cúpula do partido. Em uma conferência política de novembro de 2013, o novo programa do PSOE foi discutido e aprovado com centenas de filiados e simpatizantes. O principal candidato socialista para as próximas eleições gerais deve ser determinado por primárias, das quais poderão participar não apenas filiados, mas todos os cidadãos que pagarem um euro e manifestarem sua aprovação dos valores do PSOE com a sua assinatura. Inicialmente, estas primárias abertas estavam previstas para novembro de 2014. Agora devem ser adiadas, mas estendidas aos principais candidatos nas eleições municipais e das regiões autônomas (maio de 2015). As primárias para as próximas eleições legislativas, final de 2015 ou início de 2016, devem ocorrer após as eleições municipais e das regiões autônomas.

Terceiro: Pedro Sánchez reivindicou repetidas vezes uma transição econômica no seu discurso de encerramento do congresso extraordinário, sem explicar concretamente o que este conceito significa. Mas como já aconteceu em outros países, ele pode lançar um debate político-econômico sob o lema da “terceira via”. Qualquer espanhol mais esclarecido sabia que o desenvolvimento econômico dos 15 anos que antecederam a crise foi um *boom* sustentado pela indústria da construção civil e imobiliária, financiado com créditos estrangeiros e que não podia ser sustentável. Nesta linha de raciocínio, a transição não incluiu a economia ou não a incluiu adequadamente. Como a transição deve ser ampliada para abranger a economia – por meio de uma política industrial estatal ou de desregulamentação neoliberal – ainda é uma questão aberta. Digno de nota é certamente o fato de que Pedro Sánchez também aposta no paradigma da transição – o que pode ser um indício da sua esperada força legitimadora.

O maior problema do PSOE será, no entanto, reconquistar a geração que não se deixa mais convencer pelo paradigma da transição e dizem representar o Podemos atual e, em parte, o IU e os nacionalistas da Catalunha. Trata-se de uma geração que não possui mais a perspectiva de melhoria contínua das condições de vida materiais – e o sucesso dos socialistas no passado estava baseado nisso.



Sobre o autor

Michael Ehrke chefia o escritório da Fundação Friedrich Ebert em Madri. Antes atuou no IPA, o departamento de análise da política internacional da FES em Bonn, e representou a FES em Tóquio, Budapeste e Belgrado.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2011 - 13° andar, conj. 1313
01311 -931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Fundação Friedrich Ebert.

O uso comercial dos meios publicados pela Fundação Friedrich Ebert não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-99138-48-9



9 788599 138489